**PARECER JURÍDICO**

<b>Autuado:</b> Laticínios Santa Rosa Ltda.	<b>PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO</b>
<b>Processo:</b> nº 00127/2001/002/2003	
<b>Auto de Infração</b> nº 847/2006	
<b>Tipos de infração:</b> 1 grave	
<b>Porte:</b> Médio	

**I – RELATÓRIO**

Laticínios Santa Rosa Ltda. foi autuada em 26.9.2003, pela prática da infração grave prevista no art. 19, § 2º, item 2, do Decreto 39.424/98, alterado pelo Decreto 43.127/02, *in verbis*:

*"Art. 19(...)*

*§ 2º São consideradas infrações graves:*

*(...)*

*2." Descumprir determinação ou condicionantes formulada pelo Plenário do COPAM, por Câmara Especializada, ou por órgão seccional de apoio, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoração, ou equivalentes, aprovadas na Licença de Operação, se não constatada a existência de poluição ou degradação ambiental."*

Notificada, a autuada apresentou defesa. Após análise técnica e jurídica foi aplicada, em 8.3.2007, pelo Presidente da FEAM, multa no valor de R\$ 7.449,76.

Notificada da aplicação da penalidade, a autuada interpôs, tempestivamente, Pedido de Reconsideração, alegando, resumidamente, o seguinte:

- requer a nulidade do autuação por descumprimento do art. 16 do Decreto 39.424/98;
- as Súmulas 346 e 473 do STF, bem como o Princípio da Legalidade, resguardam à Administração o direito de anular seus próprios atos, quando eivados de vícios graves ou ilegais, o que ocorre no caso em comento, devendo ser descaracterizado o Auto de Infração, com o seu consequente arquivamento;
- pleiteia a conversão da penalidade de multa em penalidade de advertência;
- como não foi constatado dano ambiental, a multa deverá ser aplicada em seu patamar mínimo;
- a empresa contratou o engenheiro José Guilherme de Figueiredo para realizar o projeto no entanto, ele não cumpriu o pactuado, não apresentando o produto contratado;
- foi contratada a empresa Multidraw Engenharia e Projetos Ambientais Ltda. para regularizar a situação que, desde 2005, encaminha mensalmente os relatórios de automonitoramento;

- desde 2006 a Estação de Tratamento de Efluentes encontra-se em operação e em total equilíbrio, tendo a empresa cumprido com as exigências do órgão fiscalizador, não havendo razão para aplicação da multa em questão;
- por fim pleiteia a descaracterização do auto de infração e, consequentemente, o arquivamento do processo. Caso este não seja o entendimento dessa Fundação, requer a aplicação da multa em seu valor mínimo, tendo em vista a não ocorrência de impacto ambiental.

## II – ANÁLISE JURÍDICA

O auto de infração foi lavrado pela empresa descumprir condicionante formulada por Câmara Especializada do COPAM, aprovada na Licença de Operação, quanto à apresentação do projeto de tratamento de efluentes líquidos, não tendo sido constatada a existência de poluição ou degradação ambiental, uma vez que não realizada vistoria às instalações do empreendimento.

As razões apresentadas não descaracterizam a infração cometida, vejamos:

A atuada é uma das empresas participantes do Projeto Minas Ambiente. Através deste Programa obteve Licença de Operação, em 24.7.2001, com condicionantes. Uma das condicionantes era a apresentação de projeto com a posterior instalação de estação de tratamento de efluentes líquidos industriais e domésticos.

Inicialmente foi estabelecido que o prazo para a apresentação do projeto terminaria em 30.1.2003. Mas como este foi prorrogado por 2 vezes, o prazo para apresentação do projeto findou-se em 29.8.2003. O prazo para a instalação da ETE foi de 8 meses após a aprovação do projeto por essa Fundação.

A atuada apresentou seu projeto em 17.10.2003, sendo-o aprovado para implantação, mediante a apresentação de certificado de outorga de direito de uso de água expedido pelo IGAM, em 7.7.2004.

Considerando que a atuada somente apresentou seu projeto em 17.10.2003 e implantou a estação de tratamento de efluentes em 2006, resta patente o descumprimento do art. 19, § 2º, item 2, do Decreto 39.424/98, alterado pelo Decreto 43.127/02.

Ressalta-se que a responsabilidade do empreendimento é exclusiva da atuada. O fato do prestador de serviços não ter cumprido com o pactuado, não a exime de qualquer culpa.

Não assiste razão a atuada ao requerer a nulidade da autuação nos termos do art. 16, do Decreto 39.424/98, alterado pelo Decreto 43.127/02. O citado dispositivo dispõe da competência dos agentes fiscalizadores, não possuindo qualquer relação com a matéria debatida.

Apenas por precaução, caso a intenção do atuado seja questionar a legalidade Auto de Infração, ressalta-se que seus requisitos encontram-se no art. 24 do mesmo Decreto e que foram totalmente cumpridos pela autoridade fiscalizadora.

Incabível o pleito de conversão da penalidade de multa em penalidade de advertência como requer o atuado. Dispõe o art. 16 da Lei 7.772/1980:





"Art. 16. As infrações a que se refere o art. 15 serão punidas com as seguintes sanções observadas as competências dos órgãos e das entidades vinculadas à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad:

I - advertência;

II - multa simples;

III - multa diária

(...)

**§ 2º. A advertência será aplicada quando forem aplicadas infrações classificadas como leves." (gn)**

Conforme exposto na parte conclusiva do Parecer Jurídico de fls. 65/66, o valor da multa já foi fixado no mínimo legal, nos termos do art. 2º, § 1º, inciso I, da DN COPAM 27/98, alterada pela DN/ COPAM 64/2003.


O Decreto nº 44.844/2008, em seu art. 96, determina que as alterações promovidas nos aao infrator e desde que não tenha havido decisão definitiva na esfera administrativa. Contudo, a norma vigente não é mais benéfica, sendo que nos termos do Anexo I do art. 83 do mencionado Decreto, o valor-base da multa aplicável neste caso é de R\$ 10.001,00.

### III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, considerando que o Pedido de Reconsideração não trouxe dados, fatos novos ou ponderações jurídicas capazes de descaracterizar a infração cometida, recomendando-se ao Vice-Presidente da FEAM o indeferimento do Pedido de Reconsideração, mantida a multa aplicada.

É o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 13 de junho de 2010.

Autora: Camila Couto Horácio Lasmar Consultora Jurídica OAB/MG 78.007	Assinatura: 
Aprovado por: Joaquim Martins da Silva Filho Procurador- Chefe da FEAM OAB/MG 16.076 - MASP 1043804-2	Assinatura: 